

Dossiê: Parentescos Contemporâneos: possibilidades em campos interseccionados

Lobolar, casar e presentear: notas sobre o *lobolo* em Moçambique

Aline Beatriz Miranda da Silva

Antropóloga do IPHAN

Doutoranda em Antropologia Social (DAN/UnB)

mirandabms@gmail.com – [http://orcid.org/0000-0002-](http://orcid.org/0000-0002-1087-6271)

1087-6271

RESUMO

Neste artigo busco apresentar o debate antropológico sobre o *lobolo* e, a partir da análise de dados etnográficos sobre umas das cerimônias que acompanhei em 2019, na província de Gaza, refletir sobre o caráter dinâmico, plural e sincrético da cerimônia. Motivado por diferentes experiências conjugais, o *lobolo* na região sul de Moçambique apresenta-se como uma cerimônia que afirma e valoriza espiritualidades, afetos, alianças e descendências. Sua realização aciona a mobilização e a presença de parentes e de toda a vizinhança. Em Moçambique, apesar dos processos de colonização e descolonização, o *lobolo* jamais deixou de ser praticado. Sua permanência histórica está atrelada a um processo contínuo de reinvenção.

Palavras-chave: Antropologia do parentesco; Etnologia africana; Lobolo; Moçambique.

Lobolar, marry and give gifts: notes on *lobolo* in Mozambique

ABSTRACT

In this article I seek to present the anthropological debate on *lobolo* and, based on the analysis of ethnographic data about one of the ceremonies that I followed in 2019, in the province of Gaza, to reflect on the dynamic, plural and syncretic character of the ceremony. Motivated by different marital experiences, *lobolo* in the southern region of Mozambique presents itself as a ceremony that affirms and values spiritualities, affections, alliances and descendants. Its realization triggers the mobilization and presence of relatives and the entire neighborhood. In Mozambique, despite the processes of colonization and decolonization, *lobolo* has never ceased to be practiced. Its historical permanence is linked to a continuous process of reinvention.

Keywords: Kinship Anthropology; African ethnology; Lobolo; Mozambique.

Lobolar, casarse y regalar: apuntes sobre *lobolo* en Mozambique

RESUMEN

En este artículo busco presentar el debate antropológico sobre el *lobolo* y, a partir del análisis de datos etnográficos sobre una de las ceremonias que seguí en 2019, en la provincia de Gaza, reflexionar sobre el carácter dinámico, plural y sincrético de la ceremonia. abandonar concretamente la definición de *lobolo* mientras se compra a mujeres. Motivado por distintas experiencias conyugales, el lobolo en la región sur de Mozambique se presenta como una ceremonia que afirma y valora espiritualidades, afectos, alianzas y descendencia. Su realización desencadena la movilización y presencia de familiares y de todo el barrio. En Mozambique, a pesar de los procesos de colonización y descolonización, el *lobolo* nunca ha dejado de practicarse. Su permanencia histórica está ligada a un continuo proceso de reinención.

Palabras clave: Antropología del parentesco; etnología africana; Lobolo; Mozambique.

Introdução

O homem que lobola
A mulher lobolada
Sob olhares das anciãs
Sob olhares dos familiares
Entre parentes e presentes
Dádivas compartilhadas
Afetos materializados
Tradições reinventadas

Os versos que abrem este texto foram esboçados em 2019 para compor as legendas das fotografias expostas no Ciclo de ensaios fotográficos do IRIS – Laboratório de Imagem e Registro de Interações Sociais do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB). Elaborei o ensaio pouco tempo após retornar de Moçambique, onde estive durante três meses para realizar a pesquisa de campo no âmbito do mestrado. Embora já tivesse lido muita coisa sobre o *lobolo*, especialmente para entender alguns debates que o apontam como uma forma de subordinação da mulher, foi somente após acompanhar algumas dessas cerimônias de perto e compreender o debate antropológico sobre o tema que foi possível refletir melhor sobre a sua clássica definição como o "preço da noiva" (*bride price*).

Enquanto construía o ensaio fotográfico, me dei conta de que o que mais me impressionou nas cerimônias de *lobolo* que acompanhei nas províncias de Gaza e de Maputo foi a intensa oferta de presentes entre os parentes dos noivos, além da grande importância dada à cerimônia que, em alguns casos, pode ser seguida pelo casamento civil ou religioso e por uma pomposa festa de casamento que acontece, respectivamente, nas casas da família da noiva e do noivo. À medida em que olhava para as fotos, retomava as notas do meu caderno de campo e relembrava as memórias do que presenciei em Moçambique, percebi que a maneira mais adequada para apresentar o registro visual de uma dessas cerimônias de *lobolo* era destacar a dimensão dos presentes compartilhados e do casamento (civil ou religioso) realizado no mesmo contexto da cerimônia. Foi a partir da produção do ensaio que compreendi que “lobolar”, “casar” e “presentear” são eventos indissociáveis. Neste artigo, portanto, busco apresentar o debate antropológico sobre o *lobolo* e, a partir da análise de dados etnográficos sobre umas das cerimônias que acompanhei em 2019, na província de Gaza, refletir sobre o caráter dinâmico, plural e sincrético da cerimônia, conforme tem sido demonstrado por trabalhos contemporâneos,

que destacam, dentre outras coisas, o caráter espiritual dos presentes (TAIBO, 2012) e o aspecto sincrético do *lobolo* (FERNANDES, 2020).



Figura 1 – Familiares e vizinhos entregam presentes durante a festa de casamento, no sábado, dia seguinte após a cerimônia de lobolo. Chongoene (Província de Gaza), 2019. Fonte: Acervo da autora.

***Lobolo* como "preço da noiva"?**

Motivado por diferentes experiências conjugais, o *lobolo* na região sul de Moçambique apresenta-se como uma cerimônia que afirma e valoriza espiritualidades, afetos, alianças e descendências. Sua realização aciona a mobilização e a presença de parentes e de toda a vizinhança. Em alguns casos, pode ser seguido por uma cerimônia religiosa e por uma pomposa festa de casamento que acontece respectivamente nas casas da família da noiva e do noivo, durante três dias, nos quais a oferta e a troca de presentes fazem parte do início ao fim. Em Moçambique, apesar dos processos de colonização e descolonização, o *lobolo* jamais deixou de ser praticado. Sua permanência histórica está atrelada a um processo contínuo de reinvenção ou de "invenção da tradição" à lá Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997), que nos mostra a infinitude de seus sentidos.

Na literatura antropológica, o *lobolo* ficou conhecido como “preço da noiva”. No entanto, diferentes abordagens contemporâneas têm questionado a leitura dessa prática baseada na noção de “compra da mulher”, propondo novas chaves de análise e considerando suas reinvenções ao longo do tempo, a exemplo de Signe Arnfred (2001), Paulo Granjo (2004), Brigitte Bagnol (2006), Ruben Miguel Taibo (2012), Aina Azevedo (2015) e Rhuann Fernandes (2020). Tendo em vista a vastidão de obras sobre o assunto, procuro a seguir apresentar algumas das inúmeras descrições e definições do *lobolo* que

podem ser encontradas na literatura antropológica, com o objetivo de compreender como essa prática tem sido ressignificada e analisada ao longo do tempo.

Em *Usos e Costumes dos Bantu* (1974), publicado pela primeira vez em 1913, o missionário e etnólogo sul-africano Henri Junod descreveu inúmeras práticas relacionadas aos ritos de circuncisão, aos ritos de furar as orelhas, aos tabus sexuais e ao casamento¹. Segundo Junod (1974), após os rituais da puberdade um rapaz já estaria apto para o *kugangisa*, que consistiria no ato de escolher uma amante e desempenharia um papel importante na vida dos jovens. Nesse contexto, o *lobolo*, ou *lovolo*, como chamado por ele, é apresentado como o ato da família do noivo de pagar uma quantia - *vukosi* - à família da noiva, ou seja, seria a compra pelo/em casamento, o *bride price* (preço da noiva). Nas palavras dele:

Kulovolova significa comprar em casamento. *Kulovola* (derivativo factivo do verbo) diz-se de um pai que reclama ao pretendente da filha uma certa quantia em dinheiro. *Lovola* ou *ndrovolo* ou *vukosi* (riqueza) é a quantia paga: os bois, as enxadas ou as libras esterlinas. Usaremos aqui estas palavras que são empregadas tanto em tsonga como em zulu e deveriam ser adaptadas como termos técnicos em Etnografia. Emprego o verbo para designar a ação de pagar – e não para designar a própria quantia. (JUNOD, 1974, p.115).

A quantia do *lobolo* poderia ser utilizada para o casamento de algum irmão da noiva e quando o pagamento fosse integral, os filhos gerados no casamento pertenceriam à linhagem paterna. Além disso, após a cerimônia do *lobolo*, a noiva passaria a viver na aldeia de seu noivo, sob os olhos de seus sogros e o pagamento completo ou não da *vukosi* é que definiria quanto tempo a noiva deveria esperar para se mudar para a residência da família de seu noivo. Depois da mudança, a mulher seria de responsabilidade da família do homem e não mais da sua família de origem. Nesse sentido, o pagamento do *lobolo* implicaria não só na patrilinearidade, mas também na virilocalidade.

Henri Junod (1974) já destacava que os costumes de casamento variavam entre os clãs, mas que, apesar disso, existiriam três ritos bases. O primeiro deles seria o *kubuta*, que

¹ Os povos Bantu a que se refere a obra de Junod são os changanas, os rongas e os tsawas. Esses três povos ficaram conhecidos na literatura sobre a região como Tsonga, termo consagrado pelo missionário e antropólogo Henri Junod (1974). Como consequência do processo histórico de Moçambique e de um maior alcance do Estado e de sua política de administração da diferença na região Sul, embora as pessoas no cotidiano façam referência a um pertencimento étnico, isso não tem o mesmo apelo como na região norte do país. Inclusive, em Maputo, quando esse tema vem à tona, fala-se muito em uma identidade moçambicana e rejeita-se, por exemplo, um debate pautado em diferenças e identidades étnicas.

diz respeito ao noivado, período em que a noiva faz algumas visitas à casa da família do pretendente. O segundo rito seria o próprio *lobolo* que, na perspectiva de Junod, seria a entrega do preço de compra combinado entre as duas famílias. E, por fim, o último rito era conhecido como *kulhoma*, que está relacionado à cerimônia de partida da mulher para a casa da família do homem. Cabe destacar que Junod mesmo àquela época já defendia que o *lobolo* correspondia a uma negociação entre duas famílias e não entre dois indivíduos. Isso é muito importante para a compreensão das implicações da patrilinearidade e da virilocalidade. Desse modo, em suma, o *lobolo* na abordagem de Henri Junod é definido como uma compensação, um meio de estabelecer o equilíbrio entre dois grupos.

Diferente de Junod (1974), Alfred Radcliffe-Brown (1974), anos mais tarde, discutiu a questão do *lobolo* a partir da premissa do irmão da mãe. Inserido na abordagem estrutural-funcionalista e consolidado como um dos principais expoentes da teoria da descendência, o antropólogo entendia o sistema de parentesco como uma parte do mecanismo do sistema social, caracterizada pela relação entre um sistema de terminologia e um sistema de atitudes. Além disso, acreditava também que todo sistema de parentesco seria bilateral, ou seja, tanto a descendência materna quanto a paterna seriam consideradas (RADCLIFFE-BROWN, 1974).

Através dessa assertiva de que o sistema de parentesco seria bilateral, o antropólogo constrói seu argumento sobre o caso do papel do irmão da mãe, o qual seria uma espécie de mãe masculina. Com base nisso, o que Radcliffe-Brown tentou demonstrar é que existiria um princípio de equivalência de irmãos, fazendo com que o mesmo tratamento de indulgência e carinho dado à mãe fosse repetido com o tio materno. Dessa forma, tal princípio implicaria na existência de tipos definidos de comportamento entre tias e tios e entre primos. Essa abordagem foi uma crítica a estudiosos como Henri Junod, que defendiam que o papel do irmão da mãe seria legado de um contexto histórico matriarcal (RADCLIFFE-BROWN, 1973).

A partir disso, o antropólogo tenta demonstrar que não seria possível estudar as instituições de uma sociedade de forma isolada, “sem considerar as demais instituições com as quais elas coexistem e com as quais podem estar relacionadas” (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 29). Foi com base nessa premissa que Radcliffe-Brown pensou no *lobolo*. Assim como Junod, ele também o entendia como uma compensação à família da noiva, por sua perda quando ela fosse levada a outra família em decorrência do casamento. Segundo o antropólogo, o *lobolo* teria como uma das suas principais funções definir a

posição social do filho de um casamento. Além disso, o *lobolo* definiria não só a vida social dos filhos, mas também a vida religiosa, tendo em vista que:

o tipo especial de conduta com os parentes maternos (vivos ou mortos) ou para com o grupo materno e seus deuses e relíquias exprime-se em costumes rituais definidos, sendo a função ritual, no caso, como em outra parte, fixar e perpetuar certos tipos de conduta, com as obrigações e sentimentos nele implicados. (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 44).

Quanto à situação dos filhos de um casamento que aconteceu sem o pagamento do *lobolo*, Radcliffe-Brown (1973) foi mais incisivo do que Junod (1974). Para ele, esses filhos não só seriam considerados pertencentes à família da mãe, como também estariam em uma situação irregular, porque afinal se tratava de contextos patrilineares. Em alguma medida, o aspecto fundamental e talvez excepcional na abordagem radcliffe-browniana está relacionado às atribuições do tio materno no *lobolo*. O irmão da mãe poderia ajudar o sobrinho a juntar a quantia para as negociações do *lobolo* e pensando em uma situação inversa, poderia receber parte do *lobolo* de uma sobrinha. Portanto, apesar da quantia do *lobolo* pertencer ao pai da noiva, existia uma obrigação moral de que fosse dada alguma parte ao irmão da mãe, ou seja, ao pai-feminino. Dessa forma, Radcliffe-Brown desenvolve um ponto que passou despercebido nas premissas de Henri Junod (1974) e propõe que as teorias do *lobolo* considerem os costumes referentes ao irmão da mãe.

Outro antropólogo britânico que também contribuiu para as discussões clássicas sobre o *lobolo* foi Max Gluckman, fundador da Escola de Antropologia de Manchester, caracterizada pelo destaque em seus “estudos de caso”. Gluckman estudou os conflitos sociais associados ao colonialismo a partir de uma abordagem estrutural-funcionalista e cunhou a noção de “situações sociais”, que inclusive é acionada pelo antropólogo Paulo Granjo (2004) em seu trabalho sobre o *lobolo*, que também será discutido neste artigo.

Gluckman (1974) se propõe a fazer uma comparação entre os sistemas de casamento e parentesco dos Zulu e dos Lozi, que são dois povos da África Central caracterizados por sua organização em grandes reinos. A primeira grande diferença entre esses grupos diz respeito à existência de uma linhagem corpórea unilinear. Ao contrário dos Zulu e da grande maioria dos grupos da África Central, os Lozi não se organizam com base em linhagens. Nesse sentido, entre os Lozi os filhos pertenceriam às duas famílias, enquanto no caso Zulu os filhos pertenceriam exclusivamente à linhagem do marido de

sua mãe, fazendo com que não só o genitor, mas todos os seus agnatos também tivessem direitos sobre os filhos.

A partir disso, Gluckman vai afirmar que o pagamento do *lobolo* ou alembamento entre os Zulu é o que permitiria a descendência patrilinear e afirma ainda que “os zulu dizem que no passado só começavam a pagar o gado depois de ter nascido um filho” (GLUCKMAN, 1974, p. 250). Segundo o antropólogo, nesse contexto Zulu, se não houver o alembamento, os filhos gerados são tidos como ilegítimos. No direito Lozi, por outro lado, o alembamento implicaria na transmissão dos direitos sobre a esposa e não garantiria a um homem o direito a todos os filhos de uma mulher. Com base nisso, para Gluckman, a diferença entre o sistema Zulu e o sistema Lozi estaria associada à legitimidade dos filhos porque:

Um Zulu deve legitimar os seus filhos ilegítimos com gado e também pagando os danos de sedução ao pai e à mãe da rapariga, bem como uma multa ao chefe, e não pode nunca arrogar-se o direito aos seus filhos adúlteros. (...) Os Lozi dizem que se deve pagar um animal no casamento a rapariga, pela fertilidade da noiva, se ela é virgem, e um outro animal para adquirir os direitos sexuais. Em teoria, o alembamento não dá direito aos filhos da mulher que, se forem adúlteros, podem pertencer ao adúltero e não ao marido. Contudo, o marido tem na prática um direito limitado sobre todos os seus filhos. (GLUCKMAN, 1974, p. 254).

Tendo em vista todas estas diferenças, o antropólogo defende que utilizar o mesmo termo, seja ele alembamento do casamento, prestação do casamento ou preço da noiva para se referir à instituição de transferir bens não seja algo justificado, afinal, os sistemas de parentesco e casamento se diferenciariam por uma série de fatores, como é caso do Zulu e do Lozi. E para resolver essa questão, Gluckman sugere o termo utilizado por Radcliffe-Brown, “pagamento do casamento”, ressaltando que poderia ser necessário distinguir os tipos de pagamento que podem existir em cada sistema (GLUCKMAN, 1974).

Além dos trabalhos de Gluckman (1974) e Radcliffe-Brown (1974), outros trabalhos da antropologia moderna são também relevantes para a discussão do *lobolo*, a exemplo dos trabalhos publicados na importante obra *African Systems of Kinship and Marriage* (1974). Diferente da perspectiva evolucionista que analisava o *lobolo* com o foco na questão econômica, como é o caso da obra de Henri Junod (1974), por exemplo, todos esses trabalhos de abordagem estrutural-funcionalista, ressaltadas algumas especificidades e

diferenças, destacaram “a dimensão social como o fundamento para a compreensão das lógicas que norteiam o *lobolo*” (TAIBO, 2012, p. 29) e não mais fizeram uma leitura da prática enquanto uma compra em casamento. Apesar de serem centrais para o debate, com o passar do tempo essas abordagens foram questionadas, abrindo espaço para novas perspectivas que, dentre outras reflexões, começam a olhar também para o modo como o *lobolo* vem sendo reinventado e ressignificado.

O antropólogo Paulo Granjo (2004) faz uma descrição etnográfica de uma cerimônia do *lobolo*, mas cabe destacar que não foi uma cerimônia ordinária e sim o *lobolo* de seu grande amigo moçambicano Jaime. Como o próprio pesquisador ressalta, apesar de existir um grande número de trabalhos sobre a temática, nenhum até o momento em que ele escrevia fez essa descrição etnográfica. Além disso, ele nos lembra que as descrições feitas por Henri Junod no século XIX pouco expressam a realidade contemporânea sobre o *lobolo* (GRANJO, 2004, p. 1). Por seu caráter inovador e etnográfico, o trabalho do antropólogo tem sido uma das maiores referências sobre o assunto no contexto atual de Moçambique.

Paulo Granjo (2004) procura entender o *lobolo* de seu amigo Jaime, etnografado por ele em Maputo, a partir do que Max Gluckman (2009) chamou de “situações sociais”, afirmando que muitos acontecimentos, tensões e contradições perpassariam a cerimônia, propondo que a sua realização seja compreendida como uma negociação de estatutos, alianças e descendência, na qual os protagonistas são os antepassados. Inclusive, antes da cerimônia do *lobolo* se iniciar, acontece o *kuphalba*, que é descrito pelo autor como uma cerimônia de invocação e conversa com os antepassados da linhagem do noivo. No caso de Jaime, os antepassados de sua linhagem residiriam em sua casa porque ele era o “filho mais velho dos filhos mais velhos até onde é mantida a memória genealógica” (GRANJO, 2004, p.2).

Além desse aspecto acerca da importância dos espíritos dos antepassados, o antropólogo chama a atenção para a influência da realização do *lobolo* nas relações cotidianas. O *lobolo* não só interferiria nas relações sociais, definindo as pertencas linhageiras e as posições de cada membro do grupo, mas também provocaria uma mudança no tratamento dos noivos a partir da realização dessa cerimônia.

Lobolar ou ser lobolada não é, no entanto, apenas uma matéria de descendência ou relação com os espíritos, por muito reinterpretable e passível de manipulações práticas que cada um destes aspectos se revele. (...) O homem que lobola torna-se, antes de mais, um exemplo a seguir. A imitação da sua atitude é tão frequente

que a cerimônia é popularmente apresentada como um fenômeno epidêmico, dizendo-se mesmo que a cada lobolo se seguirão outros três, em cada um dos restantes pontos cardeais do bairro. [...] Também as mulheres loboladas se tornam um exemplo invejadas. [...] As principais consequências para a vida quotidiana são, no entanto, a responsabilidade e o completo estatuto de adulta. (GRANJO, 2004, p. 16).

Granjo (2004) rejeita a noção de *lobolo* como “preço da noiva”, que foi dominante na antropologia moderna, inclusive chamando a atenção para as transformações atuais pelas quais a prática tem atravessado, tais como as novas motivações pelas quais o *lobolo* tem sido realizado. O próprio *lobolo* de Jaime e de sua companheira Elza foi motivado não pelas obrigações morais dessa tradição, mas se desdobrou devido a problemas conjugais que já não podiam mais ser resolvidos. O medo de estarem em débito com os ancestrais e os dilemas de onze anos de uma vida doméstica compartilhada motivou o casal a organizar a cerimônia.

Segundo Paulo Granjo (2004), atualmente também existe a possibilidade de fazer o pagamento do *lobolo* “a prestações”, principalmente no caso de famílias desfavorecidas economicamente. Além disso, o gado constitui a moeda de troca apenas em áreas rurais, pois no contexto urbano, como é o caso de Maputo, onde se passa a cerimônia do *lobolo* da companheira de Jaime, esse costume já mudou e substituiu o gado por dinheiro, roupas, capulanas², caixas de cerveja e refrigerante, etc. A partir disso, o antropólogo demonstra como a monetarização do *lobolo* dos últimos anos produziu uma mudança importante em seu significado social. A aliança entre as famílias dos noivos que define o caráter coletivo do *lobolo* pode, em alguns casos, ser estabelecida com base em um contrato pessoal, fazendo com que a mobilização dos meios para o *lobolo* não seja mais encargo dos anciões da família e esteja sob a responsabilidade do noivo e muitas vezes até mesmo de sua companheira também (GRANJO, 2004, p. 9). Nesse sentido,

A cerimônia e a sua viabilização surgem, assim, como um projecto comum e em comum concretizado. No entanto, mais do que essa constatação que tanto nos afasta das lógicas da “compra” de mulher ou da mera aquisição de descendência, convirá sobretudo salientar que, no decurso do processo que conduziu a este lobolo, preocupações modernas e decorrentes de vivências conjugais inovadoras

²As capulanas são tecidos industrializados, conhecidos em Moçambique e fora do país como os “tradicional tecidos africanos” e famosos por sua variedade de cores e por suas estampas chamativas. São tecidos utilizados para fazer roupas, cobrir mesas e camas, carregar bebês, dentre outras coisas. Para compreender os diversos usos desse tecido em Moçambique ver o trabalho de Helena Assunção (2015; 2018).

encontraram nas exegeses ‘tradicionais’ o idioma que as expressasse, da mesma forma que encontraram na cerimônia matrimonial ‘tradicional’ o instrumento para a superação dos problemas sociais. (GRANJO, 2004, p.12).

No mesmo sentido, a antropóloga Brigitte Bagnol (2006) procura pensar o *lobolo* considerando o contexto sócio-político de Moçambique, levando em consideração as transformações pelas quais essa prática passou ao longo do tempo. O mais interessante é que a autora afirma que, no começo dos anos 1990, logo após o fim da guerra entre a RENAMO e a FRELIMO³, a sua primeira tentativa de estudar o *lobolo* no sul de Moçambique fazia parte de um estudo sobre prostituição e estava ancorada em uma perspectiva de Direitos Humanos, que procurava interpretar essa prática enquanto uma forma de exploração sexual da mulher e de casamento forçado/prematuro. No entanto, já no final dos anos 1990, a autora começou a refletir sobre as limitações de analisar o *lobolo* apenas com base nessa perspectiva e iniciou uma empreitada para investigar melhor o conceito dessa instituição social, acompanhando etnograficamente inúmeras cerimônias na região Sul de Moçambique.

Aos poucos, ela foi percebendo que o *lobolo* ia muito além da relação homem-mulher, estando associado também a crenças religiosas, à relação com os espíritos ancestrais (assim como discutido por Paulo Granjo) e, principalmente, a uma forma de construção de identidades, especialmente em um contexto marcado por tanta perseguição a essa prática⁴. Dessa maneira, na medida em que Bagnol acompanhava as cerimônias do

³ FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) é o partido socialista que está no poder desde a independência do país, em 1975, e RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) é o principal partido de oposição no país, que lutou com a FRELIMO na guerra civil, que durou 16 anos e teve fim em 1992.

⁴ No período de política socialista em especial, que durou até os anos 1990, a perseguição às práticas tradicionais foi marcada, principalmente, pelos slogans “abaixo aos ritos de iniciação”, “abaixo ao lobolo”, “abaixo ao tribalismo”, “abaixo aos curandeiros” (PINHO, 2015). Conforme argumenta a historiadora Jacimara Souza Santana (2009) em seu trabalho sobre a discussão do tema na revista *Tempo*, “No primeiro governo após a independência, o lobolo foi um dos problemas sociais mais difíceis de resolver. O debate proposto pela *Tempo*, em 1982, ao tornar pública a opinião de muitos a respeito do assunto, mostrou que a população tinha muita dificuldade de se relacionar com o discurso de negação e de combate promovido pelo governo. Se nas cartas enviadas houve grupos que manifestaram sintonia com a ideia, declarando-se a favor do combate, houve muitos outros que, ao contrário, mostraram assumir uma posição sincrética entre o discurso socialista e as “práticas culturais”. Uma das queixas mais repetidas nas cartas enviadas à revista dizia respeito ao elevado preço do lobolo, que, somado a outros “presentes”, dificultava e até impedia a realização de muitos casamentos” (SANTANA, 2009, p. 90). Atualmente, o lobolo, ao lado dos ritos de iniciação, continua sendo objeto de intervenção por parte do Estado Moçambicano e de ONGs que atuam na região, mas com o argumento pautado no problema dos

lobolo, ela percebia que o estudo dessa prática estava sendo extremamente importante para seus interlocutores que, através da pesquisa, encontraram um meio para se libertar de alguma forma da opressão sofrida no período pós-independência (BAGNOL, 2006, p. 29).

Bagnol afirma ainda que, para uma melhor compreensão acerca do *lobolo*, seria preciso entender que a identidade dos indivíduos passa pelas diferenças de gênero, classe, raça, etnia e idade, sendo essa prática capaz de revelar a relação entre essas múltiplas faces da identidade dos sujeitos (BAGNOL, 2006, p. 6). Portanto, o *lobolo* tem efeitos não só sobre os estatutos, os direitos, o acesso a recursos, mas também sobre a construção e incorporação de identidades. Com base nessa perspectiva, a antropóloga demonstra que pode sim existir algum tipo de violência na realização das cerimônias do *lobolo*, mas que não é exclusivamente uma violência de gênero. A violência existe também nas esferas espiritual e geracional (BAGNOL, 2006, p. 33). Dessa forma, Bagnol (2006) tenta compreender o *lobolo* como a maneira pela qual as mulheres constroem suas identidades e afirmam sua agência na sociedade moçambicana contemporânea, o que é demonstrado, principalmente, pelo fato de suas interlocutoras, independente de classe, nível educacional ou de estar casando com um homem moçambicano ou estrangeiro, fazerem questão de realizar a cerimônia (BAGNOL, 2006, p. 19).

Assim como as leituras de Paulo Granjo (2004) e Brigitte Bagnol (2006), que dizem respeito em alguma medida a reinvenção da prática do *lobolo*, demonstrando novas possibilidades de enxergar e analisar essa instituição, o trabalho de Aina Azevedo (2015) também contribui muito para a discussão desse tema nos estudos antropológicos contemporâneos, com base em sua pesquisa na África do Sul. A antropóloga busca compreender o *lobola* praticado pelos zulus como “um ‘portal’ através do qual as pessoas negociam as suas formas de pertencimento a uma casa/família” (AZEVEDO, 2015, p. 21). Azevedo também questiona a definição do *lobolo* enquanto “preço da noiva”, reiterando que essa é uma categoria controversa e afirma que o *lobola* implica em uma complexa transformação ontológica e não em uma mera compensação financeira pela perda de um parente. Segundo a antropóloga,

Discutido na vida cotidiana com certa persistência, o *lobola* transcende o casamento e motiva diversas especulações, expectativas e desejos sobre a mudança de casa. O casamento tradicional zulu, chamado *umshado*, é composto

casamentos prematuros e da evasão escolar das meninas, bem como das violências praticadas no caso dos ritos.

por três prestações matrimoniais principais: o *lobola*, o *umembeso* e o *umabo*. (AZEVEDO, 2015, p. 25).

No contexto zulu, o *lobola* desencadeia uma série de movimentos, seja mudança da noiva para a casa e para a família do noivo, o movimento das vacas para o pai da noiva e a *produção* de filhos com o sobrenome da família do pai. Entretanto, a mudança de residência só se faz possível com a movimentação dos animais. Isso é crucial para indicar a mudança aos ancestrais. Dessa forma, Azevedo (2015) chama atenção para a importância do pertencimento a uma casa, que nesse contexto influencia não só os rituais de ordem dos casamentos, mas também os funerários.

A antropóloga demonstra ainda que para um casal morar na mesma casa o *lobolo* precisa acontecer. Azevedo expõe alguns exemplos que ilustram muito bem isso ao apresentar diferentes situações de casais que têm uma relação estável, de longa data, muitas vezes até mesmo com filhos, mas que por não terem realizado o *lobolo* cada um mora com seus respectivos familiares. Devido às dificuldades de realizar um casamento, cumprindo todas as exigências dos seus ritos, o número de uniões é cada vez menor na província de KwaZulu-Natal.

Desse modo, no caso das mulheres que não são "*fully loboladas*", ou seja, em que não se tem o pagamento total do *lobola*, as crianças pertencem à família da mãe. É importante salientar que a proposição de Azevedo não se aproxima daquelas de Radcliffe-Brown e Max Gluckman, pelo contrário, a antropóloga afirma que essas crianças não seriam ilegítimas ou estariam em situações irregulares, afinal

Pontuar essas particularidades não significa negar que o *lobola* esteja intimamente relacionado à produção de crianças [...]. Mas que essa prestação, ou melhor, sua *falta*, impede, sim, que um casal more na mesma casa, sem contudo impedir que formas de descendência consideradas legítimas sejam traçadas sem a prerrogativa do casamento. (AZEVEDO, 2015, p. 34).

Por isso, Azevedo propõe a substituição da expressão “preço da noiva” pelo “preço da criança”, tendo em vista que o *lobolo* seria “uma forma de pensar o parentesco, já que é através dessa prestação matrimonial que as pessoas elaboram, desejam e negociam suas formas de pertencimento (AZEVEDO, 2015, p. 46). Assim como Paulo Granjo (2004) e Brigitte Bagnol (2006), a antropóloga demonstra que de fato a noção de *lobolo* como “preço

da noiva” e “compra de mulher”, dentre outras expressões semelhantes, já está superada na teoria antropológica (ou pelo menos deveria).

O *lobolo* de Anastância

Acompanhei o *lobolo* de Anastância durante a minha estadia em Chongoene, um pequeno distrito da Província de Gaza, localizada na região Sul de Moçambique. Cheguei até a região a convite da minha anfitriã mamá Felismina, quem me recebera no país durante a realização do meu trabalho de campo no âmbito do mestrado. Utilizo o termo “mamá” quando me refiro à Felismina não só pela relação de mãe e filha que nos atravessou, mas também pelo fato do termo ser utilizado como forma de tratamento que expressa respeito e carinho. A viagem para Gaza estreitou os meus laços com ela e chamou a minha atenção para a cerimônia do *lobolo*, dentre outros temas relacionados ao parentesco.

Sáimos de Maputo, a capital do país, para assistir o *lobolo* de sua filha Anastância. Nos dias que antecederam a nossa viagem, conversamos sobre uma série de questões acerca das negociações familiares, os gastos e compras para o *lobolo* e a festa de casamento, as nossas vestimentas e também sobre a minha presença naquele evento e todos os efeitos que isso geraria, tendo em vista que recebi a responsabilidade de representar Carla, a irmã mais velha da noiva, que vivia na África do Sul e não poderia viajar para participar da cerimônia. Antes da viagem, mamá Felismina se dirigiu a mim dizendo que eu assumiria o lugar dela, tendo responsabilidades importantes como a entrega de presentes durante a cerimônia. Rimos da situação, mas todos os momentos, antes e durante a viagem, materializaram a minha existência enquanto Carla.

Durante três dias seguidos de cerimônia (sexta-feira, sábado e domingo), parentes, amigos e vizinhos estiveram reunidos para celebrar a união de Anastância e Jaime. Muitas pessoas se deslocaram de municípios da província de Gaza, de Maputo e de outras regiões do país e até mesmo da África do Sul para participar da festa. A cerimônia de *lobolo* aconteceu na sexta-feira na casa de Baptista, irmão da noiva. No dia seguinte, aconteceu a cerimônia no civil, seguida por uma grande festa, que também aconteceu na casa de mano Baptista. No domingo de manhã foi o casamento religioso, em uma igreja católica de Chongoene e, mais tarde, foi o *xiguiane*, uma outra festa de casamento, organizada pela família do noivo, que aconteceu na casa de Jaime e Anastância. Durante essa última celebração, os parentes de Anastância fizeram a entrega dos presentes recebidos nos dias anteriores.

Na sexta-feira, por volta das 11 horas, os Mathavela (que eram os parentes de Jaime) chegaram. Eles carregavam uma mala e uma garrafa de *refrescos* (refrigerantes), caminharam para deixar todos esses presentes na tenda que tinha sido armada no quintal de mano Baptista e depois foram para a entrada da casa, onde estávamos servindo uma pequena refeição. Quando os Mathavela terminaram de comer e se dirigiram à tenda, o *lobolo* começou de fato. No entanto, fiquei perto de Suzana e Inércia, que se apresentaram como primas da noiva, ajudando na cozinha e atendendo a Belinha, esposa de Baptista, quando ela me chamava. Fazia algumas pausas para fotografar e filmar o que eles me pediam. Os mais velhos gostavam principalmente de ver que estavam sendo gravados e fotografados.

Na maior parte do tempo, eu fiquei cozinhando com todas as mulheres da casa o almoço que seria servido após a cerimônia. Anastância passou a manhã toda na casa onde já morava com Jaime e só apareceu ao final das negociações do *lobolo*. Eu estava atenta a tudo que acontecia e curiosa para assistir à chegada dos parentes com todos os presentes e acompanhar as negociações do início ao fim. As mulheres que cozinhavam comigo, no entanto, estavam tranquilas e despreocupadas em participar de cada uma das etapas da cerimônia. Entre uma tarefa e outra, eu me deslocava até a tenda, que foi montada para os três dias de festa, para acompanhar o que estava acontecendo.

Em determinado momento, pude observar uma parte importante do *lobolo*, que foi descrita pelos que estavam presentes ali como um momento de negociação com os antepassados das famílias do noivo e da noiva, o que chamou atenção para a dimensão espiritual da cerimônia. Conforme é debatido por Rhuann Fernandes (2020), em diálogo com os trabalhos de Bagnol (2008) e Taibo (2012), o *lobolo* tem uma dimensão espiritual que concretiza a relação de reciprocidade entre vivos e mortos, de modo que a própria realização da cerimônia seja pensada não só para os vivos, mas também para os antepassados (FERNANDES, 2020, p. 183).

No *lobolo* de Anastância, os “representantes na negociação” (TAIBO, 2012) foram os tios dos noivos. Não me recordo o nome de cada um deles, mas Mamá Felismina havia me dito que o ideal seria que o pai da Anastância assumisse esse lugar, caso estivesse vivo. Diante de tal impossibilidade, foi escolhido um ancião da família Muthemba, a quem todos chamavam de “tio”, para conduzir as negociações. Se por um lado, esse tio é quem foi escolhido para fazer as negociações, Baptista, irmão da noiva, é quem foi escolhido para ocupar o lugar do falecido pai, tanto como anfitrião de toda a cerimônia, que foi realizada em sua casa, quanto por receber presentes importantes da lista do *lobolo* e a quantia em

dinheiro. Inclusive, sua esposa, a cunhada da noiva, também constava na lista de presentes e esteve ao lado de Baptista durante toda a cerimônia.

A escolha dos “representantes na negociação”, de quem será apresentado no *lobolo* e da pessoa que deve receber o *lobolo* varia muito de acordo com cada arranjo familiar e, inclusive, com questões espirituais. Inclusive, Taibo (2012), ao discutir as mudanças inerentes ao ritual do *lobolo*, com base em dados etnográficos de cerimônias realizadas em Maputo, região sul de Moçambique, argumenta que em função das variações que caracterizam o ritual com relação a diversos aspectos, como a lista dos presentes e a escolha dos “representantes na negociação”, torna-se necessário falarmos em “*lobolos*”, no plural. No que tange à dimensão espiritual, Taibo (2012) destaca a forte ligação que o *lobolo* instaura entre os vivos e os espíritos dos antepassados, argumentando que as obrigações e “cuidados espirituais” envolvem determinados bens, como por exemplo o rapé, que devem ser comprados por algum parente específico, de acordo com o que manda cada lista de presentes, sendo algo que reforça responsabilidades individuais e não apenas coletivas (TAIBO, 2012, p. 109).



Figura 2 – Anciãos das famílias Muthema e Mathavela fazendo as negociações do lobolo de Anastância. Chongoene (Província de Gaza), 2019. Fonte: Acervo da autora.

No *lobolo* de Anastância, a consulta aos antepassados e a conseqüente mediação entre os representantes de cada uma das famílias tinha como foco principal, segundo mamá Felismina, os três filhos que Anastância e Jaime tiveram durante a união que já completava mais de quinze anos. Essa negociação, em especial, aconteceu após a família Mathavela entregar todos os presentes, cumprindo uma espécie de encerramento da

cerimônia. Como é possível observar na figura 02, Baptista e Belinha, sentados nas cadeiras, estão vestindo os trajes e capulanas recebidos na cerimônia. Os representantes das duas famílias ficaram sentados no chão, em uma esteira de palha, com os pés unidos, como forma de respeito, que foi descrita para mim como uma prática bem antiga e que já não é mais vista em outras localidades. Quando estava em Maputo, sempre me diziam que em Gaza eu iria assistir o *lobolo* em sua forma genuína ou mais tradicional possível, assim como relatou Rhuann Fernandes (2020), que etnografou cerimônias em Maputo e em Gaza também. Segundo Fernandes (2020), quando ele esteve num contexto rural, em Gaza,

o traço central que apareceu foi o discurso de diferenciação mobilizado pelos indivíduos em torno da dicotomia rural e urbano. Afirmavam, constantemente, que ali estavam presentes as “verdadeiras práticas tradicionais”. Essa disputa discursiva pode estar associada a uma tendência de se agarrar ao tradicional como se fosse um sistema inalterado, mas, ao mesmo tempo, percebi que era uma forma de se defender dos ataques realizados à tradição que ainda encontra ecos na cidade, onde as práticas tradicionais são observadas como de pessoas atrasadas e incivilizadas (...). Essas fronteiras existiriam para comprovar que, naquela localidade, o conhecimento tradicional é, na verdade, mais eficaz. (FERNANDES, 2020, p. 216).

Além de demonstrar a eficácia do conhecimento tradicional, esse discurso de diferenciação chama atenção para “o sincretismo religioso entre espiritualidades africanas e o cristianismo” (FERNANDES, 2020, p. 217). Assim como nos *lobolos* observados por Fernandes (2020) e Taibo (2012), o *lobolo* de Anastância se misturou com o casamento católico, o casamento no civil, além de todas as práticas associadas à comunicação com os antepassados e, conforme afirmou Fernandes (2020), “isso não levou a cultura a se “perder”, mas muda a maneira de pensar o tradicional e o moderno como lugares da legitimidade” (p. 217). É importante destacar que Fernandes aborda o sincretismo como algo inerente à religião e distante de um ideal de pureza, sendo

uma estratégia de sobrevivência e de adaptação ao contexto colonial cristão, foi uma “estratégia de sabedoria” para informar que não havia passividade, na realidade, era uma recusa dos símbolos impostos pelo cristianismo e uma forma de afrontar o legado colonial (FERRETTI, 1995; 1998); (HONWANA, 2002). Do mesmo modo, antes da penetração do cristianismo e dos projetos missionários, era comum entre os povos africanos adotarem práticas culturais e religiosas de outros povos com os quais tivesse contato, ora por meios pacíficos, ora por via de hostilidade. Em vista disso, acredito que o sincretismo seja uma

forma de negociação de identidades e hegemonias, podendo ser interpretado como síntese entre duas ou mais religiões que implicam em transformações, desconstrução e construção de algo. Nesse processo, novos significados são atribuídos pelos agentes que disputarão a religião e seus significados de modo constante. (FERNANDES, 2020, p. 191).

Após assistir o momento de negociação com os antepassados e retornar para a área onde estávamos cozinhando, Suzana, filha do irmão do falecido José Muthemba (pai de Anastância), comentou comigo que, "*lobolo* não era nada". Todas que estavam ali cozinhando comigo riram da situação e eu brinquei que não poderia chegar no Brasil falando que *o lobolo* não era nada. Suzana reagiu sorrindo e disse que não era para eu falar isso, porque na verdade o que ela estava tentando me explicar é que mana Anastância já tinha sido *lobolada*, apesar de ela não saber dizer exatamente há quanto tempo isso aconteceu pois ela era muito criança na época. Segundo Suzana, o *lobolo* que estava acontecendo era só uma espécie de agradecimento pelos filhos que o casal tinha tido nos últimos vinte anos e que não era o *lobolo* em si, apesar de ser realizado como se fosse a primeira vez.

De todo modo, apesar dessas especificidades, ficou muito evidente pra mim que a relevância do *lobolo* está associada a uma série de outros eventos, como o próprio casamento no civil e à festa, na qual a troca de presentes chama atenção de todos os convidados. Além disso, ela me explicou que as pessoas só fazem essa cerimônia grande, com três dias de festa, ou seja, escolhem formalizar o casamento no civil e “refazer” o *lobolo*, depois de já estarem juntas há muito tempo. Mamá Felismina me explicou que isso normalmente acontece porque as pessoas não têm condições materiais de fazer a festa completa no início da relação. No entanto, quando os filhos nascem antes de toda essa celebração, a família do noivo precisa oferecer mais presentes ainda à família da noiva. Por outro lado, a oferta de presentes foi descrita como algo que deve ser contínuo e jamais interrompido ao longo do tempo, num eterno movimento de dar, receber e retribuir (MAUSS, 1974 [1925]).

De certo modo, esse ciclo de troca de presentes é muito bem representado ao longo dos três dias de festa e, durante o xiguiane, no terceiro dia, a dimensão da retribuição se faz presente. O xiguiane é organizado pela família do noivo e é o momento no qual os familiares da noiva entregam todos os presentes recebidos nos dias anteriores. No caso do casamento de Anastância e Jaime, o xiguiane aconteceu na casa onde os dois já moravam e tinha um número limitado de convidados, fazendo com que a cerimônia tivesse

dimensões significativamente menores à cerimônia do *lobolo* na casa do irmão de Anastância. Os noivos vestiam os mesmos trajes do dia do casamento religioso e do civil e aguardavam pela família de Anastância de pé, atrás de uma longa mesa, onde estavam sentados familiares de Jaime. Permaneci ao lado de mamá Felismina durante toda a cerimônia, acompanhando as conversas, que tinha como aspecto central a qualidade da comida, da decoração e da recepção dos familiares de Jaime. Estava em jogo durante todo o dia do xiguiane se a recepção da família do noivo estava à altura da festa oferecida pela família da noiva, o que dava uma sensação de que de fato o movimento de dar, receber e retribuir, jamais se encerraria, e era essa a intenção no final das contas, aspecto que sem dúvidas merece mais investigações futuras, especialmente por permitir compreender percepções locais sobre o significado do parentesco naquele contexto.

Nesse sentido, diante de tudo que foi exposto, o *lobolo* de Anastância demonstra o caráter dinâmico, plural e sincrético da cerimônia. Considerando que apesar dos processos de colonização e descolonização o *lobolo* jamais deixou de ser praticado em Moçambique, o *lobolo* de Anastância, assim como a etnografia de outras cerimônias apresentadas em trabalhos contemporâneos como o de Taibo (2012) e de Fernandes (2020), é uma forma de materializar a permanência histórica dessa prática cultural. Ter escutado de Suzana que "o *lobolo* não era nada" e, em seguida, também ouvir que a festa só se realiza através do investimento de uma rede de parentes e amigos, e que o casamento civil, assim como a cerimônia na igreja, tem tanta centralidade durante todo o evento, me fez pensar mais uma vez no processo contínuo de reinvenção e na infinitude dos sentidos atrelados ao *lobolo*.



Figura 3 – Família Muthemba chegando na casa de Anastância e Jaime para a entrega de presentes durante o xiguiane, terceiro dia da cerimônia do *lobolo*. Chongoene (Província de Gaza), 2019. Fonte: Acervo da autora.

Considerações finais

Ao longo do artigo apresentei o debate antropológico sobre o *lobolo*, desde uma perspectiva evolucionista, com foco na questão econômica, passando pela abordagem estrutural-funcionalista, até trabalhos contemporâneos, que destacam novas motivações e dinâmicas do ritual. A partir da análise de dados etnográficos sobre umas das cerimônias que acompanhei em 2019, na província de Gaza, refleti sobre o caráter dinâmico, plural e sincrético da cerimônia.

Os dados etnográficos analisados aqui reafirmam o que tem sido abordado nos trabalhos contemporâneos de Granjo (2004), Bagnol (2006), Taibo (2012) e Fernandes (2020), na medida em que demonstram aspectos de mudança social, sincretismo e novas dinâmicas de união conjugais, que associam o *lobolo* ao casamento religioso e civil e desafiam o tempo de relacionamento, mostrando que nunca é tarde para invocar os antepassados e concretizar uma prática tão importante para o bem estar familiar e individual, no que tange aos aspectos espirituais. Embora não tenha sido possível acessar a lista de presentes do *lobolo* e a pesquisa não tenha apontado aspectos específicos sobre o caráter espiritual dos presentes, no *lobolo* de Anastância foi possível identificar a centralidade dos filhos do casal como algo a ser discutido entre as duas famílias e comunicado e negociado com os antepassados durante a cerimônia. Ter presenciado o *lobolo* de Anastância e descoberto que ele já tinha sido realizada outrora, bem como me dar conta de que o *lobolo* na realidade inaugura um ciclo infinito de compartilhamento de presentes, demonstra a necessidade de maiores investigações sobre o papel das repetições da cerimônia ao longo do tempo, bem como sobre as características desse ciclo de troca de presentes que se inicia com a realização *lobolo* e o que ele pode nos informar sobre os sentidos e significados do parentesco nesse contexto.

Por fim, os dados etnográficos analisados ampliam a compreensão sobre o discurso de diferenciação que opera em Gaza, descrita como uma província onde o conhecimento tradicional permanece mais forte em relação a outras regiões do país. Sem dúvidas, esse aspecto merece ser melhor investigado, com destaque para a compreensão de algumas práticas que são realizadas unicamente na província de Gaza nos dias de hoje.

Referências

ARNFRED, Signe. Family forms and gender policy in revolutionary Mozambique (1975-1985). *Travaux et documents*, n.os 68-69, Institut d'Études Politique de Bordeaux, Centre National de la Recherche Scientifique, 2001.

ASSUNÇÃO, Helena. *Amarrando corpos, pessoas e objetos: as capulanas no norte de Moçambique*. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ASSUNÇÃO, Helena. *Falar e guardar segredos: as capulanas de Nampula (Moçambique)*. 2018.. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

AZEVEDO, Aina. “Se você quiser me lobolar” – considerações sobre o lobola na África do Sul contemporânea. *Cadernos Pagu*, v. 45, p. 21-49, 2015.

BAGNOL, Brigitte. *Gender, Self, Multiple Identities, Violence and Magical Interpretations in Lovolo Practices in Southern Mozambique*. Thesis for Ph.D. Degree in Social Anthropology - Department of Social Anthropology, University of Cape Town, Cape Town, 2006.

BAGNOL, Brigitte. Lovolo e espíritos no sul de Moçambique. *Análise social*, n. 187, p. 251-272, 2008.

FERNANDES, Rhuann. *Casamento Tradicional Bantu: o Lobolo no Sul de Moçambique*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

GRANJO, Paulo. O lobolo do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais. *Travessias. Revista de ciências sociais e humanas em língua portuguesa*, n. 4/5, p. 47-78, 2004.

GLUCKMAN, Max. Parentesco e casamento entre os Lozi da Rodésia do Norte e os Zulu de Natal. In: RADCLIFFE-BROWN, Alfred; FORDE, Daryll (Orgs). *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 1974. p. 225-279.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Ed. UNESP, 2009. p. 227-344

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JUNOD, Henri Alexandre. *Usos e costumes dos bantu*. 2ª Edição, Tomo I. Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974 [1925]. p. 37-184.

PINHO, Osmundo. O Destino das Mulheres e de sua Carne: regulação de gênero e o Estado em Moçambique. *Cadernos Pagu*, v. 45, p.157-179, 2015.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred; FORDE, Daryll (Orgs). *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 1974.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Introdução. In: RADCLIFFE-BROWN, A.; FORDE, D. (orgs). *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 1974. p. 59-161.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. O irmão da mãe na África do Sul. In: RADCLIFFE-BROWN, Alfred. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973. p. 27- 45.

SANTANA, Jacimara. Mulheres de Moçambique na revista Tempo: o debate sobre o lobolo. *Revista de História*, v. 1, n. 2, p. 82-98, 2009.

TAIBO, Ruben Miguel. *Lobolo (s) no Moçambique Contemporâneo: mudança social, espíritos e experiências de união conjugal na cidade de Maputo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Agradecimentos

Agradeço à mamá Felismina e sua família por me receberem em Maputo e em Gaza. Ao André Leão, servidor responsável pelo IRIS/DAN/UnB, agradeço pelos ensinamos sobre fotografia antes da viagem e pelos diálogos durante a elaboração do ensaio. Por fim, agradeço à ao CNPq pela bolsa de mestrado e ao InEAC/UFF pela concessão do recurso, que possibilitou o meu trabalho de campo em Moçambique em 2019.

Recebido em 31 de janeiro de 2022

Aceito em 20 de julho de 2022